



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

**EDITAL DO PROAD Nº 21300/2022-1
PREGÃO ELETRÔNICO**

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de imóveis que abrigam Unidades deste E. Tribunal, e dos seus respectivos conteúdos (MMU – Mobiliário, Maquinário e Utensílios), na modalidade Limite Máximo Indenizável Único, na hipótese de ocorrência de sinistros de incêndio, queda de raios, explosão, vendaval, tempestade, danos elétricos, alagamento, inundação e outros, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital.

NOTA 1: As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

NOTA 2: A presente licitação é regida pela Lei nº 8.666/93 e demais normativos consignados no preâmbulo deste edital, nos termos do artigo 191, da Lei nº 14.133/2021.

Registro de Preços: Não

Exclusiva ME/EPP: Não

Margem de Preferência: Não

Valor Total Estimado: R\$ 156.279,61

Data e local da disputa: 2/3/2023, às 14h00, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Licitação nº: 12/2023

UASG do TRT15: 080011

Vistoria Prévia: Facultativa (ver Anexo I ao edital)

Amostra/Material Técnico ilustrativo: Não se aplica

Laudos/Certificados: Ver Anexo I ao edital

Documentos de Habilitação

Vide Item 9 do Edital

Prazos

Envio de proposta e documentação por meio eletrônico

2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema

Pedido de esclarecimentos

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Impugnação

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame

licita@trt15.jus.br

Telefones: (19) 3231-9500 ramais 2580/2523



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

PREGÃO ELETRÔNICO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROAD Nº 21300/2022-1

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, e nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO

a. Início da disputa de preços:	2/3/2023, às 14h00
b. Local da Disputa:	Portal de Compras do Governo Federal - https://www.gov.br/compras/pt-br
c. Critério de Julgamento:	Menor preço por item
d. – Regime de Execução:	Empreitada por Preço Global

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de imóveis que abrigam Unidades deste E. Tribunal, e dos seus respectivos conteúdos (MMU – Mobiliário, Maquinário e Utensílios), na modalidade Limite Máximo Indenizável Único, na hipótese de ocorrência de sinistros de incêndio, queda de raios, explosão, vendaval, tempestade, danos elétricos, alagamento, inundação e outros, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

P.T. Resumido: **168074** **R\$ 156.279,61**

02.122.0033.4256.0035 - APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO -
DESPESAS DIVERSAS

339039 - Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

69 - Seguros em geral

Conta VPD: **332311300**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual, e desde que a execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

(4.2.9. Nos termos do inciso VI, do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica em que qualquer um dos integrantes do seu quadro societário seja familiar de:

a) magistrado ocupante de cargo de direção ou no exercício de função administrativa; ou
b) servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

4.2.9.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive.

4.2.9.2. A vedação referida neste item se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (art. 2º, §3º, da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016).

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta atualizada apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Proposta, conforme Anexo II ao Edital.

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um Real).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.26.1. por empresas brasileiras;

7.26.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

7.26.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada por meio da proposta final a ser preenchida pelo licitante, conforme Anexo II deste Edital.

8.3. A Proposta atualizada deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.3.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;



8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas, quando exigidas pelo Termo de Referência e/ou anexos;

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.6. O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta enviada, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e a exequibilidade da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. Habilitação jurídica:

9.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.11.7. No caso de exercício de atividade de ramo de seguros: autorização de funcionamento expedida pela SUSEP, nos termos do artigo 36, alínea "a", do Decreto-Lei nº 73/1966, bem como dos artigos 3º e 4º da Circular SUSEP nº 529/2016.

9.11.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.11.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.12. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.12.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal/estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual / Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais / municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual / Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13. Qualificação Econômico-Financeira:

9.13.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.14. Qualificação Técnica:

9.14.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Para fins da comprovação de que trata este subitem, a empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

9.14.1.1. Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantitativos e prazos com o objeto desta licitação, com a discriminação dos serviços executados e respectivas quantidades, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.14.1.2. comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados.

9.14.1.2.1. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata o subitem 9.14.1.2, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

9.14.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.14.3. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.14.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.14.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.14.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.14.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.14.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.14.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.14.3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.16.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por



igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.18. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.21. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo do Anexo II.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.1.3. estar devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório (Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.8. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

15.2.2. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

15.2.3. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

15.2.4. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

15.2.5. O prazo previsto no subitem 15.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.2.6. O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

15.2.7. Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela empresa, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela empresa em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na minuta de contrato.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15.8. Antes da efetivação da contratação, a empresa vencedora se compromete a atender as seguintes condições:

a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e

b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos na Minuta de Contrato – Anexo III.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.

20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta de Contrato – Anexo III.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@trt15.jus.br.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licita@trt15.jus.br.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá ser lido e/ou obtido no e-mail licita@trt15.jus.br.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.1.1. ANEXO A ao Termo de Referência – Descrição Complementar do Objeto;

22.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada;

22.12.3. ANEXO III – Minuta de Contrato;

23. DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.

Campinas, 14 de fevereiro de 2023.

Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson
Secretária da Administração



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

IMPORTANTE. Considerando as recentes disposições editadas por este Tribunal, motivadas pela pandemia ocasionada pela COVID-19, informamos que o acesso a todas as dependências deste E. TRT deve, obrigatoriamente, ser efetuado mediante apresentação do certificado de vacinação, tendo em vista o determinado no artigo 2º da Portaria GP-CR nº 02/2022, com a nova redação dada pela Portaria GP-CR nº 10/2022 deste Tribunal.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Descrição Resumida do Objeto

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de imóveis que abrigam Unidades deste E. Tribunal, e dos seus respectivos conteúdos (MMU – Mobiliário, Maquinário e Utensílios), na modalidade Limite Máximo Indenizável Único, na hipótese de ocorrência de sinistros de incêndio, queda de raios, explosão, vendaval, tempestade, danos elétricos, alagamento, inundação e outros, conforme as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

NOTA: As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

1.2. Descrição Detalhada do Objeto

Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de imóveis que abrigam Unidades deste E. Tribunal, e dos seus respectivos conteúdos (MMU – Mobiliário, Maquinário e Utensílios), na modalidade Limite Máximo Indenizável Único, na hipótese de ocorrência de sinistros de incêndio, queda de raios, explosão, vendaval, tempestade, danos elétricos, alagamento, inundação dentre outros.

1.2.1. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS E RESPECTIVOS VALORES, conforme Item 1 do Anexo A ao Termo de Referência;

1.2.2. RISCOS COBERTOS, conforme Item 2 do Anexo A ao Termo de Referência;

1.2.3. PREJUÍZOS NÃO INDENIZÁVEIS, conforme Item 3 do Anexo A ao Termo de Referência;

1.2.4. FRANQUIAS, conforme Item 4 do Anexo A ao Termo de Referência;

1.2.5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS, conforme Item 5 do Anexo A ao Termo de Referência.

1.3. Legislação Específica

A contratada deverá observar os normativos editados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1.4. Vistoria

A vistoria é FACULTATIVA.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

O contato para o agendamento deve ser feito junto ao Sr. João Marinho pelo e-mail: cml.secadm@trt15.jus.br.

2. SUSTENTABILIDADE

Devem ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:

Item	Objeto	Critério	Descrição
--	--	2. Contratação de Serviços	<p>A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:</p> <p>a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e</p> <p>b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. Legislação: arts. 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; arts. 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); Convenções da OIT nº 29 e nº 105; Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.</p> <p>Nos contratos de prestação de serviços, deve-se obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.</p>

3. PRAZOS

3.1. Prazo de execução

A SEGURADORA deverá apresentar ao TRT as apólices de seguro dos prédios e dos conteúdos (MMU) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato.

3.2. Prazo de garantia

Não há.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

3.3. Prazo de Vigência da Contratação

12 meses. A critério das partes, sendo possível a prorrogação por prazo diverso do inicialmente firmado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, tudo conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.

4. LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Como a contratação do seguro se refere a várias unidades, o local e o horário de execução serão de acordo com a descrição detalhada do objeto, que está no Anexo A a este Termo de Referência.

5. ORÇAMENTO

ITEM ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
1	Seguro de imóveis que abrigam Unidades deste E. Tribunal, e dos seus respectivos conteúdos	1 un	156.279,61
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM ÚNICO (R\$)			156.279,61

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Será firmado contrato com a empresa vencedora conforme a minuta de contrato – Anexo III ao edital.

6.2. A prestação dos serviços, os prazos, a garantia do objeto, as obrigações das partes, a vigência, a aplicação de sanções, o acompanhamento e fiscalização, o pagamento, a compensação financeira por eventual atraso no pagamento e demais disposições da contratação dar-se-ão segundo as cláusulas da minuta contratual.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

ANEXO A AO TERMO DE REFERÊNCIA – DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO OBJETO

(Ver subitem 22.12.1.1 do edital)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

ANEXO II AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Item** para a Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de imóveis que abrigam Unidades deste E. Tribunal, e dos seus respectivos conteúdos (MMU – Mobiliário, Maquinário e Utensílios), na modalidade Limite Máximo Indenizável Único, na hipótese de ocorrência de sinistros de incêndio, queda de raios, explosão, vendaval, tempestade, danos elétricos, alagamento, inundação e outros, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

ITEM ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)
1	Seguro de imóveis que abrigam Unidades deste E. Tribunal, e dos seus respectivos conteúdos	1 un	
VALOR TOTAL – ITEM ÚNICO (R\$)			

PROPOSTA VÁLIDA POR 120 (cento e vinte) DIAS.

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

ANEXO III AO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA CONTRATO Nº ____/20____ PROAD Nº 21300/2022

Aos ____ (____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e dezoito, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, daqui em diante designado meramente **TRT**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado por sua Secretária da Administração, _____, portadora da Carteira de Identidade RG nº _____ SSP/SP e do CPF/MF nº _____, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por subdelegação de competência, pela Portaria DG 01/2018, artigo 3º, alínea "a", publicada no DEJT – Caderno Administrativo, de 13/12/2018, e a _____, doravante designada simplesmente **SEGURADORA** ou **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____, CEP _____, neste ato representada por seus diretores, _____, portador da Carteira de Identidade _____ e do _____, em conformidade com o resultado do Processo PROAD nº 21300/2022, devidamente homologado às fls. _____ do aludido processo, resolvem firmar o presente contrato, regido pelos normativos editados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelas cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO – O presente contrato tem por objeto o seguro de imóveis que abrigam Unidades deste E. Tribunal e dos seus respectivos conteúdos (MMU - mobiliário, maquinário e utensílios), na modalidade Limite Máximo Indenizável Único, na hipótese de ocorrência de sinistros de incêndio, queda de raios, explosão, vendaval, tempestade, danos elétricos, alagamento, inundação e outros, conforme relação abaixo:

<i>Item</i>	<i>Imóvel</i>	<i>Valor Imóvel (R\$)</i>	<i>Valor MMU(R\$)</i>
1	Barretos – SP R. Centenário da Abolição nº 1300, esquina com av. 11	4.799.647,62	127.254,82
2	Bauru – SP R. Alfredo Maia s/nº, quadra 01 (arquivo)	-0-	7.607,91
3	Bauru – SP R. Antônio Alves, 9-10 (prédio cedido para prefeitura – segurar apenas imóvel sem MMU)	413.972,17	-0-



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

<i>Item</i>	<i>Imóvel</i>	<i>Valor Imóvel (R\$)</i>	<i>Valor MMU(R\$)</i>
4	Botucatu – SP R. Joaquim L. Brandão, 147 – Vila Assumpção	2.012.884,78	81.248,64
5	Campinas – SP R. Barão de Jaguará 901 e Av. Francisco Glicério, 860, Centro (Sede-Judicial)	227.979.795,56	5.179.468,87
6	Campinas – SP R. Dr. Quirino, 1080 (Sede Administrativa)	113.698.888,84	10.629.354,44
7	Campinas – SP R. Barão de Jaguará, 945, Centro (Sede)	5.034.730,55	31.703,09
8	Campinas – SP R. Ângela Signori Grigol, 05, Jd. América, Distrito de Barão Geraldo (Almoxarifado do Tribunal)	-0-	3.117.561,94
9	Campinas – SP Av. José de Souza Campos, 422 (Fórum)	137.914.668,25	1.045.129,74
10	Cruzeiro - SP R. Sebastião Silveira da Silva 101, Centro	3.594.934,96	68.620,16
11	Jales – SP R. Nove, 1.466, Bairro Nova Vida	1.066.551,29	77.989,02
12	Jaú – SP R. Rolando D’Amico, 121, Centro	2.089.601,17	215.025,41
13	Lençóis Paulista – SP R. Carlos Trecenti, 175, Vila Santa Cecília	3.385.860,46	125.384,99
14	Matão – SP R. Jundiá, nº 1.270, Jd. Buscardi	1.164.056,50	58.310,07
15	Mogi Guaçu – SP Av. Brasil, 4801, Jd. Serra Dourada	5.951.548,65	83.084,89
16	Mogi Mirim – SP R. Luiz Gonzaga Guerreiro, 80	1.628.814,39	72.669,41
17	Piracicaba – SP R. João Pedro Corrêa, 810, Jd. Santa Terezinha	5.897.412,19	407.071,97
18	Porto Ferreira – SP Av. Júlio de Oliveira Dorta, 950, Recanto Bela Vista	4.107.347,25	191.503,36
19	Presidente Prudente – SP Av. Quatorze de Setembro, 1080 – Parque do Povo	12.895.784,95	282.366,23



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

<i>Item</i>	<i>Imóvel</i>	<i>Valor Imóvel (R\$)</i>	<i>Valor MMU(R\$)</i>
20	Ribeirão Preto – SP R. Afonso Taranto, 105, Nova Ribeirânia (Fórum)	16.478.367,23	555.851,08
21	Ribeirão Preto – SP Av. Vereador Manir Calil, 349, Alto da Boa Vista (Arquivo)	5.926.369,95	22.226,54
22	Rio Claro – SP R. Projetada, 289, Vila São Miguel	7.294.651,83	120.016,92
23	São João da Boa Vista – SP R. Luis Preveiro, 91, Jd. Santa Clara	1.580.774,77	105.839,78
24	São José do Rio Preto – SP R. José Munia, 5.500 – Chácara Municipal	14.586.846,75	578.037,34
25	São José dos Campos – SP R. Juiz David Barrilli, 85, Jd. Aquarius (Fórum)	17.856.743,83	591.481,52
26	Sorocaba – SP R. Ministro Coqueijo Costa, 61, Boa Vista	7.368.495,46	465.166,63
27	Votuporanga – SP R. Alagoas, 2915, Chácara Aviação	909.334,02	99.715,52
28	Fernandópolis - SP Rua Espírito Santo, 239 - Jardim Santa Rita	2.483.048,34	93.414,03
29	Itapetininga - SP Rua Presidente Jânio Quadros, 40 Jardim Maraba	2.811.976,80	164.691,98

Parágrafo Primeiro – Para efeito de desmembramento, considerar-se-á os seguintes valores de conteúdo por pavimento (MMU) para os itens “5”, “6” e “9”, referentes, respectivamente, aos imóveis localizados na Rua Barão de Jaguará, 901, (Edifício-Sede Judicial), na Rua Conceição, 150, (Sede-Administrativa), e na Avenida José de Souza Campos, 422, (Fórum Trabalhista de Campinas), todos localizados em Campinas/SP:

Item 5 - Edifício-Sede Judicial – Valor por andar	
Andar	Valor em R\$
Térreo Barão	9.670,72



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

Item 5 - Edifício-Sede Judicial – Valor por andar	
1º andar - Glicério	252.464,88
2º Andar (Mezanino)	591.878,52
3º Andar	599.140,12
4º Andar	110.573,77
5º Andar	369.639,38
6º Andar	560.681,60
7º Andar	170.354,73
8º Andar	173.780,67
9º Andar	184.086,56
10º Andar	283.851,48
11º Andar	288.696,89
12º Andar	298.889,12
13º Andar	274.753,35
14º Andar	272.107,51
15º Andar	278.244,58
16º Andar	261.479,72
17º Andar	199.175,27
TOTAL	5.179.468,87

Item 6 - Edifício-Sede Administrativo – Valor por andar	
Andar	Valor em R\$
Loja	1.330.384,30
Sobreloja	96.843,15
1º Andar	7.664.531,99
2º Andar	873.390,82
3º Andar	207.977,51



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

4º andar	145.934,85
5º Andar	55.059,75
6º Andar	255.232,07
TOTAL	10.629.354,44

Item 9 - Fórum Trabalhista de Campinas - Valor por Unidade Trabalhista	
Andar	Valor em R\$
Seção de Segurança	104.161,60
1ª VT	45.973,22
2ª VT	53.626,65
3ª VT	52.453,94
4ª VT	55.288,84
5ª VT	68.277,75
6ª VT	46.547,89
7ª VT	82.981,29
8ª VT	73.662,42
9ª VT	57.919,78
10ª VT	52.104,40
11ª VT	52.114,40
12ª VT	61.099,13
CEJUSC	120.813,56
Divisão de Execução	24.634,19
Área Comum	93.470,68
TOTAL	1.045.129,74

Parágrafo Segundo – A presente contratação deve estar de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência que orientou a licitação e integra este contrato como se nele estivesse integralmente transcrito.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RISCOS COBERTOS – O seguro objeto deste contrato garante indenizações por prejuízos decorrentes de:

Item	Risco	Valor em R\$
a)	Incêndio, queda de raio dentro da área do terreno onde estiver localizado o prédio segurado e explosão de gás normalmente empregado em aparelhos de uso doméstico, desde que ocorrida dentro da área do terreno onde estiver localizado o prédio segurado	238.609.150,00
b)	vendaval/tempestade, queda de aeronave e fumaça	5.965.228,75
c)	danos elétricos e curto-circuito, incluindo elevador	35.791.372,50
d)	alagamento e inundação	7.158.274,50

(*) P.O.S. (Participação Obrigatória do Segurado. - 10% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo acima estipulado.

Parágrafo Primeiro – Os prejuízos indenizáveis previstos no *caput* desta cláusula abrangem:

- a) danos materiais diretamente resultantes dos riscos cobertos;
- b) danos materiais decorrentes de explosão causada pelos riscos cobertos e ocorrida na área do terreno onde estiver localizado o prédio segurado;
- c) danos materiais decorrentes de desmoronamento, diretamente resultantes dos riscos cobertos;
- d) danos materiais decorrentes da impossibilidade de remoção ou proteção dos salvados, por motivo de força maior; e
- e) danos materiais e despesas decorrentes do salvamento e proteção dos conteúdos, bem como das providências tomadas para o combate à propagação dos riscos cobertos e para o desentulho do local.

Parágrafo Segundo - A cobertura do seguro contratado inclui também assistência 24 horas para pequenos reparos de emergência de chaveiro, hidráulica e elétrica, para todas as unidades.

Parágrafo Terceiro - Os valores de franquias abaixo deverão ser considerados como valores máximos para a presente contratação:

Item	Risco	Franquia em R\$ (*)
a)	Incêndio, queda de raio dentro da área do terreno onde estiver localizado o prédio segurado e explosão de gás normalmente empregado em aparelhos de uso doméstico, desde que ocorrida dentro da área do terreno onde estiver localizado o prédio segurado	2.500,00
b)	vendaval/tempestade, queda de aeronave e fumaça	5.000,00
c)	danos elétricos e curto-circuito, incluindo elevador	5.000,00
d)	alagamento e inundação	5.000,00



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREJUÍZOS NÃO INDENIZÁVEIS – Não serão cobertos pelas apólices de seguro:

- a) prejuízos causados por extravio, roubo ou furto, ainda que, direta ou indiretamente, tenham concorrido para tais perdas quaisquer dos eventos elencados no caput da cláusula segunda;
- b) destruição por ordem de autoridade pública, salvo para evitar propagação de incêndio;
- c) perdas ou danos ocasionados por incêndio ou por explosão, decorrentes, direta ou indiretamente, de inundação ou qualquer outra convulsão da natureza, exceto vendaval e granizo;
- d) perdas ou danos ocasionados por incêndio ou por explosão para o qual tenham contribuído, direta ou indiretamente, atos de hostilidade ou de guerra, rebelião, insurreição ou confisco;
- e) contaminação radioativa; e
- f) perdas ou danos causados a fios, enrolamentos, lâmpadas, válvulas, chaves, circuitos e aparelhos elétricos pelo calor gerado acidentalmente por eletricidade, salvo se em consequência de queda de raio.

CLÁUSULA QUARTA: DO SINISTRO DE BEM SEGURADO - Em caso de sinistro de bem segurado, o TRT se obriga, logo que dele tenha conhecimento, a comunicá-lo formalmente à SEGURADORA e a apresentar-lhe, no menor prazo possível, o pedido de indenização dos prejuízos, perdas e danos causados pelo sinistro, indicando de maneira precisa e detalhada os bens destruídos, ou danificados, e o valor dos prejuízos sofridos, levando em consideração o valor desses bens no momento do sinistro, bem como prestar à SEGURADORA as declarações que forem necessárias acerca do sinistro e a facilitar o exame de qualquer documento ou prova que se torne exigível para comprovar seu direito à indenização.

Parágrafo Único - A SEGURADORA deverá providenciar a vistoria do bem sinistrado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação formal do TRT.

CLÁUSULA QUINTA: DA INDENIZAÇÃO - A indenização máxima devida pela SEGURADORA em decorrência de sinistro coberto por este contrato corresponderá aos prejuízos apurados, assim entendidos a soma dos custos de reparos e/ou reposição dos bens sinistrados, a preços correntes no dia e no local do sinistro, deduzidos, para cada um dos bens atingidos pelo sinistro, o respectivo percentual de depreciação decorrente do uso, idade e estado de conservação.

Parágrafo Primeiro - Quando a importância segurada, estabelecida no *caput* da cláusula primeira, for maior do que a indenização devida, apurada na forma do *caput* desta cláusula, a diferença servirá para garantir a depreciação antes deduzida, isto é, a diferença entre o valor do novo e o valor atual.

Parágrafo Segundo - A indenização relativa à depreciação não poderá ser superior ao valor dos prejuízos depreciados e somente será devida depois que o TRT comprovar haver suportado dispêndios com a reconstrução, com a reposição ou com os reparos do bem sinistrado, em valores, no mínimo, equivalentes ao montante da indenização recebida.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

Parágrafo Terceiro - Se, em virtude de determinação legal ou por qualquer outra razão não se puderem repor ou reparar os bens sinistrados, ou substituí-los por outros semelhantes ou equivalentes, a SEGURADORA só será responsável pelas importâncias que seriam devidas se não houvesse tal impedimento.

Parágrafo Quarto - Para o seguro dos prédios, entendem-se excluídos os alicerces e incluídas as instalações ou benfeitorias incorporadas. Para o seguro do conteúdo (MMU - Móveis, Maquinários e Utensílios), entendem-se incluídas suas instalações, acessórios e pertences.

Parágrafo Quinto - A SEGURADORA deverá proceder ao pagamento da indenização ou ao reparo do bem sinistrado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da entrega, pelo TRT, dos documentos necessários e solicitados pela SEGURADORA, nos termos do que dispõe a Circular 621, de 12/02/2021 e 657, de 01/04/2022, ambas da SUSEP.

CLÁUSULA SEXTA: DA APRESENTAÇÃO DAS APÓLICES - A SEGURADORA deverá apresentar ao TRT as apólices de seguro dos prédios e dos conteúdos (MMU) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Constatadas quaisquer irregularidades nas apólices de seguro, o TRT deverá notificá-las à SEGURADORA no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do recebimento das apólices.

Parágrafo Segundo - A SEGURADORA deverá providenciar, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação do TRT, o endosso das apólices para saneamento das irregularidades apontadas.

Parágrafo Terceiro - As apólices e os endossos deverão ser entregues no Protocolo Administrativo do TRT, situado na Rua Barão de Jaguará, 901, 4º andar, Centro, Campinas/SP – CEP 13.015-927.

Parágrafo Quarto - Depois de cumpridas as obrigações previstas nesta cláusula, a Coordenadoria de Contratos do TRT providenciará o recebimento definitivo das apólices e dos endossos em até 15 (quinze) dias após a data do último protocolo.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS SALVADOS - Consideram-se salvados os bens sinistrados, na perda total, ou prédios e conteúdos (MMU) passíveis de utilização futura, na perda parcial.

Parágrafo Único - O TRT se obriga a não abandonar os salvados na ocorrência de sinistro de bem segurado.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS - Efetuado o pagamento de indenização, cujo recibo valerá como instrumento de cessão, a SEGURADORA ficará sub-rogada, até o limite da indenização paga, em todos os direitos e ações do TRT contra aqueles que, por ato, fato ou omissão, tenham causado os prejuízos



indenizados pela SEGURADORA, ou para eles concorrido, obrigando-se o TRT a facilitar os meios e fornecer os documentos necessários ao exercício desta sub-rogação.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA - A SEGURADORA se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitando todas as condições estabelecidas, e se obriga a:

1. manter, durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:
 - a) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);
 - c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
2. comunicar o TRT, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, quaisquer alterações havidas no contrato social da SEGURADORA durante a vigência do contrato, juntando à comunicação cópia do documento de formalização da respectiva alteração;
3. indicar um preposto, aceito pelo TRT, para representá-la durante a execução deste contrato;
4. observar as recomendações constantes do "Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 310/2021, de 07/10/2021), sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, em especial manter essas condições, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual:
 - a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016;
 - b) não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação; e
5. realizar, para fins de pagamento da prestação dos serviços pelo TRT, o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), observando-se o disposto nas cláusulas deste dispositivo referentes ao faturamento e recebimento. O cadastramento será realizado no endereço eletrônico: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portalexterno/0>.

CLÁUSULA DEZ: DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA – Fica vedado à



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

CONTRATADA:

1. a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargo de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT, nos termos do que dispõe o artigo 3º da Resolução nº 7, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, com redação dada pela Resolução nº 9/2005;
2. Subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
3. ceder ou transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto deste contrato, salvo nas hipóteses previstas na cláusula vinte e mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério;
4. caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

Parágrafo Primeiro – A vedação a que se refere o item “1” do *caput* desta cláusula alcança o parentesco natural e civil, na linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive.

Parágrafo Segundo – O descumprimento de qualquer das disposições desta cláusula ensejará a rescisão do presente contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos da cláusula dezoito.

CLÁUSULA ONZE: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – A execução do objeto deste contrato será acompanhada pelo Coordenador de Material e Logística do TRT, designado gestor do contrato, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

Parágrafo Primeiro – O gestor deste contrato será auxiliado nas funções de fiscalização administrativa, pelo servidor André Luis Tomadão, Assistente-Chefe da Seção de Controle da Execução da Coordenadoria de Contratos do TRT e por Carlos Rodrigues da Silva, suplente.

Parágrafo Segundo – O acompanhamento e fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da SEGURADORA pelos danos causados ao TRT ou a terceiros, resultante de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de quaisquer de seus empregados.

CLÁUSULA DOZE: DO VALOR - O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____), referente ao prêmio a ser pago pelo seguro nos termos deste contrato.

CLÁUSULA TREZE: DO PAGAMENTO - O pagamento dos serviços contratados será efetuado pelo TRT, por meio de ordem bancária, para crédito do valor na conta corrente indicada pela SEGURADORA, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras. A ordem bancária de pagamento será emitida num prazo máximo de até 10 (dez) dias, após o recebimento definitivo dos serviços, conforme dispõe o art. 73 da L.8666/93, ficando condicionado o pagamento ao disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º desta cláusula.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

Parágrafo Primeiro – A realização do pagamento à CONTRATADA somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.

Parágrafo Segundo – Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura/boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS/PASEP, CONFINS, ISSQN, INSS). No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela CONTRATADA e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos pelo TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

Parágrafo Terceiro – Na data da emissão da ordem bancária, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade, conforme o item “1” da cláusula nona, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou de força maior. Neste caso, tão logo cessem as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da CONTRATADA e, se verificada irregularidade, o contrato poderá ser rescindido por culpa da CONTRATADA, a critério do TRT, nos termos da cláusula dezoito, com a aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quarto – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Quinto - No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente da CONTRATADA, refere-se aos trâmites interbancários.

Parágrafo Sexto - No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

Parágrafo Sétimo - O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA QUATORZE: DA VIGÊNCIA – A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, coincidindo com o prazo de vigência da apólice do seguro a que se refere esta contratação, que compreende o período entre as 24h00 do dia 19/03/2023 até às 24h00 do dia 19/03/2024.

Parágrafo Primeiro – A vigência deste contrato poderá ser prorrogada, a critério das partes, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses,



conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.

Parágrafo Segundo – A prorrogação da vigência, a ser autorizada pela autoridade competente do TRT, é condicionada pelos seguintes requisitos, simultaneamente considerados:

1. os serviços tenham, até então, sido prestados regularmente;
2. a CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária por 3 (três) vezes ou mais;
3. a Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;
4. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração, observadas as disposições dos incisos III e IV do parágrafo único da cláusula quinze; e
5. a CONTRATADA concorde com a prorrogação; e
6. a CONTRATADA não esteja com o direito de licitar e contratar com este TRT suspenso, ou não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINZE: DA RENOVAÇÃO DA APÓLICE – No caso de prorrogação da vigência deste contrato a CONTRATADA fica obrigada a apresentar nova apólice do seguro nos mesmos prazos e condições indicados na cláusula sexta, com vigência a partir do dia e do horário imediatamente seguintes à expiração da apólice anterior.

Parágrafo Único – Serão observados os seguintes procedimentos para a renovação tratada nesta cláusula:

- I - Mediante provocação do TRT, a CONTRATADA deverá manifestar expressamente, até o limite de 4 (quatro) meses antes do final da vigência, sua intenção de prorrogar o contrato;
- II - Ante a intenção declarada da CONTRATADA em prorrogar a vigência deste contrato, o gestor encaminhará os valores atualizados dos riscos para fins de confirmação, pela CONTRATADA, do prêmio para a nova apólice. Na apuração dos valores atualizados de risco, o gestor observará:
 - a) para o valor dos bens imóveis, os critérios de atualização recomendados pela Secretaria de Patrimônio da União; e
 - b) para os bens patrimoniais (MMU), serão observados os valores constantes do sistema de controle de patrimônio do TRT à época da renovação.
- III - A variação do valor do prêmio em cada renovação deverá observar rigorosamente a mesma taxa de prêmio apurada na contratação inicial. O cálculo da taxa de prêmio observa a seguinte fórmula:

$$tp = vp / its$$

onde:

tp = taxa de prêmio;

vp = valor do prêmio; e

its = importância total segurada.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

IV - Sem prejuízo do quanto estabelecido no inciso anterior, o TRT promoverá pesquisa de preços no mercado para verificar a compatibilidade do valor do prêmio indicado para a renovação.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas com a execução deste contrato serão atendidas à conta da Lei Orçamentária nº 14.535, de 17/01/2023, publicada no D.O.U. Em 17/01/2023, assim classificadas:

Nota de Empenho: 2023NE000____, de ____/____/2023.

Parágrafo Único – Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta da dotação que for prevista para atender a obrigações da mesma natureza.

CLÁUSULA DEZESETE: DAS SANÇÕES – O atraso injustificado no cumprimento dos prazos previstos neste instrumento implicará as seguintes multas à SEGURADORA, calculadas sobre o valor total deste contrato, limitadas ao montante de 10% (dez por cento):

1. atraso injustificado na apresentação das apólices de seguro e dos endossos (respectivamente, *caput* e parágrafo segundo da cláusula sexta):
 - a) até o 8º dia de atraso: multa única de 1,0% (um por cento); e
 - b) a partir do 9º dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).
2. atraso injustificado na realização de vistoria ou no pagamento da indenização ou reparo de bem sinistrado: (respectivamente, parágrafo único da cláusula quarta e parágrafo quinto da cláusula quinta): multa diária de 0,3% (três décimos por cento).

Parágrafo Primeiro – Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro, sendo considerada reincidente a inexecução ocorrida antes de completados 12 (doze) meses da mesma inexecução anterior, contados a partir da data de comunicação do fato ao TRT.

Parágrafo Segundo - Os prazos de que trata esta cláusula serão contados a partir do primeiro dia útil posterior à data em que a obrigação deveria ter sido cumprida.

Parágrafo Terceiro – Na aplicação de quaisquer sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, serão garantidos à SEGURADORA o contraditório e a prévia defesa.

Parágrafo Quarto – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.

Parágrafo Quinto – A aplicação das multas previstas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e



subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DEZOITO: DA RESCISÃO – Constituem motivos para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro - O atraso injustificado no cumprimento de quaisquer dos prazos previstos neste instrumento, por período superior a 30 (trinta) dias, caracterizará a inexecução total da respectiva obrigação, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral do contrato, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa da SEGURADORA.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo a rescisão do contrato por culpa da SEGURADORA, além do pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao período restante de vigência contratual, ela ficará obrigada a:

- a) efetuar o pagamento da indenização ou ao reparo de bem sinistrado porventura devido;
- b) devolver o valor do prêmio pago pelo TRT na proporção correspondente ao período restante de vigência do contrato, devidamente corrigido monetariamente.

Parágrafo Terceiro – Nas demais formas de rescisão contratual elencadas no artigo 79 da Lei nº 8.666/1993, obriga-se a SEGURADORA a devolver o valor do prêmio pago pelo TRT, na proporção correspondente ao período restante de vigência contratual.

Parágrafo Quarto – Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT nos casos em que se aplicarem os incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DEZENOVE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS – As multas eventualmente aplicadas, sejam por inexecução, sejam por rescisão contratual por culpa da SEGURADORA, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT. Na ausência do pagamento, poderão ser descontadas de eventuais créditos devidos pelo TRT ou, quando inexistir crédito a favor da SEGURADORA, deverão ser por ela recolhidas no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento – AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

CLÁUSULA VINTE: DAS TRANSFORMAÇÕES DA SEGURADORA E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO CONTRATUAL - Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei n.º 8666/1993, o presente contrato poderá ser mantido com a CONTRATADA, ou cedido ou transferido, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) a empresa CONTRATADA remanescente ou a beneficiária da cessão ou da transferência demonstre possuir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculado este contrato, em especial as comprovações de regularidade previstas no item "1" da cláusula nona deste contrato; e
- b) não se verifique fraude à licitação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

CLÁUSULA VINTE E UM: DA COMPATIBILIDADE - A SEGURADORA assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que serviram de base para esta contratação.

CLÁUSULA VINTE E DOIS: DA ASSINATURA – A assinatura deste instrumento, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito desta contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

Parágrafo Primeiro – A assinatura de documentos pela CONTRATADA será admitida nas seguintes modalidades:

a- assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e

b- assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pela CONTRATADA e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

Parágrafo Segundo – A assinatura realizada na forma desta cláusula será considerada válida para todos os efeitos legais.

Parágrafo Terceiro – O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

Parágrafo Quarto – Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela CONTRATADA, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, conforme parágrafo terceiro desta cláusula, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela CONTRATADA em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: - Para os fins dispostos na LGPD - Lei nº 13.709/2018, a CONTRATADA é considerada "Operadora" e DECLARA, no ato da assinatura deste contrato, ter conhecimento e que adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, instituída pelo Ato Regulamentar GP nº006/2021, assumindo o compromisso de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, dentre os quais os seguintes:

I- apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do TRT e nos instrumentos contratuais;

II- manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;

III- seguir fielmente as diretrizes e as instruções transmitidas pelo TRT;



IV - facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e a segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRT, mediante solicitação;

V - permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo TRT por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

VI - auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo TRT, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

VII - comunicar formalmente e de imediato ao "Encarregado" pelo tratamento de dados pessoais, indicado pelo TRT, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

VIII - descartar de forma irrecuperável, ou devolver para o TRT, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual;

IX - haverá a descaracterização do número do CPF quando da divulgação de ajustes em instrumentos contratuais e congêneres firmados por este TRT, a fim de se observar as disposições referentes à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais desta Corte; e

X - a descaracterização de que trata o item anterior consistirá da ocultação dos três primeiros dígitos e dos dois dígitos verificadores, quer em relação aos CPF's dos representantes do TRT e das empresas e entidades com as quais este Regional celebra contrato ou instrumento congênere, quer dos empregados de empresas de serviços terceirizados, contratadas por este TRT.

Parágrafo Primeiro: A proteção de dados pessoais dos colaboradores da CONTRATADA observará as determinações fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma da LGPD e da legislação e regulamentação correlatas.

Parágrafo Segundo: O TRT poderá requisitar, a qualquer tempo e desde que não seja objeto de sigilo ou proteção legal, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica ciente que, para a celebração deste contrato e a execução do seu objeto, o TRT tem acesso a dados pessoais dos representantes legais da CONTRATADA e, assim, estes DECLARAM, no ato da assinatura deste contrato, o seu consentimento com o tratamento desses dados pelo TRT, os quais são:

a) protegidos por procedimentos internos, com trilhas de auditoria para registrar autorizações, utilização, impactos e violações;

b) mantidos disponíveis, exatos, adequados, pertinentes e atualizados, sendo retificado ou eliminado o dado pessoal mediante informação ou constatação de impropriedade



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 21300/2022-1

respectiva ou face a solicitação de remoção, devendo a neutralização ou descarte do dado observar as condições e os períodos da tabela de prazos de retenção de dados;

c) compartilhados somente para o exercício das atividades voltadas ao estrito exercício de suas competências legais e constitucionais, ou para atendimento de políticas públicas aplicáveis; e

d) revistos em periodicidade mínima anual, sendo de imediato eliminados aqueles que já não forem necessários, por terem cumprido sua finalidade ou por ter se encerrado o seu prazo de retenção.

Parágrafo Quarto: A inobservância da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, referida no Caput, acarretará a apuração das responsabilidades penal, civil e administrativa, previstas nas normas internas do TRT e na legislação em vigor.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO: DA LEGISLAÇÃO - Aplicam-se à execução deste contrato os normativos editados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93, combinada com as normas de direito comum, no que forem aplicáveis.

CLÁUSULA VINTE E CINCO: DA VINCULAÇÃO - O presente contrato está vinculado ao edital do PROAD nº 21300/2022 e à proposta da SEGURADORA.

CLÁUSULA VINTE E SEIS: DO FORO - Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato.

CLÁUSULA VINTE E SETE: DA CONCORDÂNCIA - As partes declaram, neste ato, que se acham de acordo e se submetem a todas as cláusulas deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, __ de _____ de 2023.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

TRT

CONTRATADA

ANEXO I

1. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS E RESPECTIVOS VALORES

Item	Imóvel	Valor Imóvel (R\$)	Valor MMU(R\$)
1	Barretos – SP R. Centenário da Abolição nº 1300, esquina com a Av. 11	R\$ 4.799.647,62	R\$ 127.254,82
2	Bauru – SP R. Alfredo Maia s/nº, quadra 01 (arquivo)	-0-	R\$ 7.607,91
3	Bauru – SP R. Antônio Alves, 9-10 (prédio cedido para prefeitura – segurar apenas imóvel sem MMU)	R\$ 413.972,17	-0-
4	Botucatu – SP R. Joaquim L. Brandão, 147 – Vila Assumpção	R\$ 2.012.884,78	R\$ 81.248,64
5	Campinas – SP R. Barão de Jaguará 901 e Av. Francisco Glicério, 860, Centro (Sede-Judicial)	R\$ 227.979.795,56	R\$ 5.179.468,87
6	Campinas – SP R. Dr. Quirino, 1080 (Sede Administrativa)	R\$ 113.698.888,84	R\$ 10.629.354,44
7	Campinas – SP R. Barão de Jaguará, 945, Centro (Sede)	R\$ 5.034.730,55	R\$ 31.703,09
8	Campinas – SP R. Ângela Signori Grigol, 05, Jd. América, Distrito de Barão Geraldo (Almoxarifado do Tribunal)	-0-	R\$ 3.117.561,94
9	Campinas – SP Av. José de Souza Campos, 422 (Fórum)	R\$ 137.914.668,25	R\$ 1.045.129,74
10	Cruzeiro - SP R. Sebastião Silveira da Silva 101, Centro	R\$ 3.594.934,96	R\$ 68.620,16
11	Jales – SP R. Nove, 1.466, Bairro Nova Vida	R\$ 1.066.551,29	R\$ 77.989,02
12	Jaú – SP R. Rolando D'Amico, 121, Centro	R\$ 2.089.601,17	R\$ 215.025,41
13	Lençóis Paulista – SP R. Carlos Trecenti, 175, Vila Santa Cecília	R\$ 3.385.860,46	R\$ 125.384,99
14	Matão – SP R. Jundiá, nº 1.270, Jd. Buscardi	R\$ 1.164.056,50	R\$ 58.310,07
15	Mogi Guaçu – SP Av. Brasil, 4801, Jd. Serra Dourada	R\$ 5.951.548,65	R\$ 83.084,89
16	Mogi Mirim – SP R. Luiz Gonzaga Guerreiro, 80	R\$ 1.628.814,39	R\$ 72.669,41
17	Piracicaba – SP R. João Pedro Corrêa, 810, Jd. Santa Terezinha	R\$ 5.897.412,19	R\$ 407.071,97
18	Porto Ferreira – SP Av. Júlio de Oliveira Dorta, 950, Recanto Bela Vista	R\$ 4.107.347,25	R\$ 191.503,36

ANEXO I

19	Presidente Prudente – SP Av. Quatorze de Setembro, 1080 – Parque do Povo	R\$ 12.895.784,95	R\$ 282.366,23
20	Ribeirão Preto – SP R. Afonso Taranto, 105, Nova Ribeirânia (Fórum)	R\$ 16.478.367,23	R\$ 555.851,08
21	Ribeirão Preto – SP Av. Vereador Manir Calil, 349, Alto da Boa Vista (Arquivo)	R\$ 5.926.369,95	R\$ 22.226,54
22	Rio Claro – SP R. Projetada, 289, Vila São Miguel	R\$ 7.294.651,83	R\$ 120.016,92
23	São João da Boa Vista – SP R. Luis Preveiro, 91, Jd. Santa Clara	R\$ 1.580.774,77	R\$ 105.839,78
24	São José do Rio Preto – SP R. José Munia, 5.500 – Chácara Municipal	R\$ 14.586.846,75	R\$ 578.037,34
25	São José dos Campos – SP R. Juiz David Barrilli, 85, Jd. Aquarius (Fórum)	R\$ 17.856.743,83	R\$ 591.481,52
26	Sorocaba – SP R. Ministro Coqueijo Costa, 61, Boa Vista	R\$ 7.368.495,46	R\$ 465.166,63
27	Votuporanga – SP R. Alagoas, 2915, Chácara Aviação	R\$ 909.334,02	R\$ 99.715,52
28	Fernandópolis - SP Rua Espírito Santo, 239 - Jardim Santa Rita	R\$ 2.483.048,34	R\$ 93.414,03
29	Itapetininga - SP Rua Presidente Jânio Quadros, 40 Jardim Maraba	R\$ 2.811.976,80	R\$ 164.691,98

Os valores de MMU informados correspondem aos bens existentes nas Unidades até 03/out/2022.

1.1. Para efeito de desmembramento, considerar-se-á os seguintes valores de conteúdo por pavimento (MMU) para os itens “4”, “5” e “8”, referentes, respectivamente, aos imóveis localizados na Rua Barão de Jaguará, 901, (Edifício-Sede Judicial), na Rua Conceição, 150, (Sede-Administrativa), e na Avenida José de Souza Campos, 422, (Fórum Trabalhista de Campinas), todos localizados em Campinas/SP:

Item 4 - Edifício-Sede Judicial – Valor por andar	
Andar	Valor em R\$
Térreo Barão	R\$ 9.670,72
1º andar - Glicério	R\$ 252.464,88
2º Andar (Mezanino)	R\$ 591.878,52
3º Andar	R\$ 599.140,12
4º Andar	R\$ 110.573,77
5º Andar	R\$ 369.639,38
6º Andar	R\$ 560.681,60
7º Andar	R\$ 170.354,73
8º Andar	R\$ 173.780,67

ANEXO I

Item 4 - Edifício-Sede Judicial – Valor por andar	
9º Andar	R\$ 184.086,56
10º Andar	R\$ 283.851,48
11º Andar	R\$ 288.696,89
12º Andar	R\$ 298.889,12
13º Andar	R\$ 274.753,35
14º Andar	R\$ 272.107,51
15º Andar	R\$ 278.244,58
16º Andar	R\$ 261.479,72
17º Andar	R\$ 199.175,27
TOTAL	R\$ 5.179.468,873

Item 5 - Edifício-Sede Administrativo Valor por andar	
Andar	Valor em R\$
Loja	R\$ 1.330.384,30
Sobreloja	R\$ 96.843,15
1º Andar	R\$ 7.664.531,99
2º Andar	R\$ 873.390,82
3º Andar	R\$ 207.977,51
4º andar	R\$ 145.934,85
5º Andar	R\$ 55.059,75
6º Andar	R\$ 255.232,07
TOTAL	R\$ 10.629.354,44

Item 8 - Fórum Trabalhista de Campinas Valor por Unidade Trabalhista	
Andar	Valor em R\$
Seção de Segurança	R\$ 104.161,60
1ª VT	R\$ 45.973,22
2ª VT	R\$ 53.626,65
3ª VT	R\$ 52.453,94
4ª VT	R\$ 55.288,84
5ª VT	R\$ 68.277,75
6ª VT	R\$ 46.547,89
7ª VT	R\$ 82.981,29
8ª VT	R\$ 73.662,42

ANEXO I

9ª VT	R\$ 57.919,78
10ª VT	R\$ 52.104,40
11ª VT	R\$ 52.114,40
12ª VT	R\$ 61.099,13
CEJUSC	R\$ 120.813,56
Divisão de Execução	R\$ 24.634,19
Área Comum	R\$ 93.470,68
TOTAL	R\$ 1.045.129,74

2. RISCOS COBERTOS

O seguro a ser contratado deverá garantir indenizações por prejuízos decorrentes dos seguintes riscos:

Item	Risco	Valor em R\$
a)	Incêndio, queda de raio dentro da área do terreno onde estiver localizado o prédio segurado e explosão de gás normalmente empregado em aparelhos de uso doméstico, desde que ocorrida dentro da área do terreno onde estiver localizado o prédio segurado	238.609.150,00
b)	vendaval/tempestade, queda de aeronave e fumaça	5.965.228,75
c)	danos elétricos e curto-circuito, incluindo elevador	35.791.372,50
d)	alagamento e inundação	7.158.274,50

2.1. Os prejuízos indenizáveis previstos nos riscos acima abrangem:

- a) danos materiais diretamente resultantes dos riscos cobertos;
- b) danos materiais decorrentes de explosão causada pelos riscos cobertos e ocorrida na área do terreno onde estiver localizado o prédio segurado;
- c) danos materiais decorrentes de desmoronamento, diretamente resultantes dos riscos cobertos;
- d) danos materiais decorrentes da impossibilidade de remoção ou proteção dos salvados, por motivo de força maior; e
- e) danos materiais e despesas decorrentes do salvamento e proteção dos conteúdos, bem como das providências tomadas para o combate à propagação dos riscos cobertos e para o desentulho do local.

3. PREJUÍZOS NÃO INDENIZÁVEIS –

Não serão cobertos pelas apólices de seguro:

- a) prejuízos causados por extravio, roubo ou furto, ainda que, direta ou indiretamente, tenham concorrido para tais perdas quaisquer dos eventos elencados no *caput* da cláusula segunda;
- b) destruição por ordem de autoridade pública, salvo para evitar propagação de incêndio;
- c) perdas ou danos ocasionados por incêndio ou por explosão, decorrentes, direta ou indiretamente, de inundação ou qualquer outra convulsão da natureza, exceto vendaval e granizo;
- d) perdas ou danos ocasionados por incêndio ou por explosão para o qual tenham contribuído, direta ou indiretamente, atos de hostilidade ou de guerra, rebelião, insurreição ou confisco;
- e) contaminação radioativa; e

ANEXO I

- f) perdas ou danos causados a fios, enrolamentos, lâmpadas, válvulas, chaves, circuitos e aparelhos elétricos pelo calor gerado acidentalmente por eletricidade, salvo se em consequência de queda de raio.

4. FRANQUIAS

Seguem abaixo os valores de franquias que deverão ser considerados como valores máximos para a presente contratação.

Item	Risco	Franquia em R\$ (*)
a)	Incêndio, queda de raio dentro da área do terreno onde estiver localizado o prédio segurado e explosão de gás normalmente empregado em aparelhos de uso doméstico, desde que ocorrida dentro da área do terreno onde estiver localizado o prédio segurado	R\$ 2.500,00
b)	vendaval/tempestade, queda de aeronave e fumaça	R\$ 5.000,00
c)	danos elétricos e curto-circuito, incluindo elevador	R\$ 5.000,00
d)	alagamento e inundação	R\$ 5.000,00

(*) P.O.S. (Participação Obrigatória do Segurado). - 10% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo acima estipulado.

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- 5.1. A contratação inclui assistência 24 horas para pequenos reparos de emergência de chaveiro, hidráulica e elétrica, para todas as unidades.
- 5.2. Não há edifícios tombados pelo patrimônio histórico.
- 5.3. Os prédios abaixo não possuem histórico de sinistro nas coberturas pretendidas até a presente data.
- 5.4. Os prédios são destinados às atividades institucionais e administrativas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, dispõem de vigilância especializada e itens de segurança e equipamentos de combate a incêndio conforme quadro abaixo informado:

	LOCALIDADE	Ocorreu sinistro de mar/22 até a presente data	Vigilância Diurna	Vigilância Noturna	CFTV	Alarme contra roubo	Hidrante	Extintor de incêndio	Splinter	alarme de incêndio
1	Barretos – SP R. Centenário da Abolição nº 1300, esquina com Av. 11	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
2	Bauru – SP R. Alfredo Maia s/nº, quadra 01 (arquivo)	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
3	Bauru – SP R. Antônio Alves, 9-10	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
4	Botucatu – SP R. Joaquim L. Brandão, 147 – Vila Assumpção	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não

ANEXO I

	LOCALIDADE	Ocorreu sinistro de mar/22 até a presente data	Vigilância Diurna	Vigilância Noturna	CFTV	Alarme contra roubo	Hidrante	Extintor de incêndio	Splinter	alarme de incêndio
5	Campinas – SP R. Barão de Jaguara 901 e Av. Francisco Glicério, 860, Centro (Sede-Jud.)	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
6	Campinas – SP R. Dr. Quirino, 1080 (Sede Administrativa)	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
7	Campinas – SP R. Barão de Jaguara, 945, Centro (Sede)	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
8	Campinas – SP R. Ângela Signori Grigol, 05, Jd. América, Barão Geraldo	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
9	Campinas – SP Av. José de Souza Campos, 422 (Fórum)	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
10	Cruzeiro - SP R. Sebastião Silveira da Silva 101, Centro	Não	Sim	sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
11	Jales – SP R. Nove, 1.466, Bairro Nova Vida	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
12	Jaú – SP R. Rolando D’Amico, 121, Centro	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
13	Lençóis Paulista – SP R. Carlos Trecenti, 175, Vila Santa Cecília	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
14	Matão – SP R. Jundiá, 1.270, Jd. Buscardi	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
15	Mogi Guaçu – SP Av. Brasil, 4801, Jd. Serra Dourada	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
16	Mogi Mirim – SP R. Luiz Gonzaga Guerreiro, 80	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
17	Piracicaba – SP R. João Pedro Corrêa, 810, Jd. Santa Terezinha	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
18	Porto Ferreira – SP Av. Júlio de Oliveira Dorta, 950, Recanto Bela Vista	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

ANEXO I

	LOCALIDADE	Ocorreu sinistro de mar/22 até a presente data	Vigilância Diurna	Vigilância Noturna	CFTV	Alarme contra roubo	Hidrante	Extintor de incêndio	Splinter	alarme de incêndio
19	Presidente Prudente – SP Av. Quatorze de Setembro, 1080 – Parque do Povo	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
20	Ribeirão Preto – SP R. Afonso Taranto, 105 ,Nova Ribeirânia (Fórum)	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
21	Ribeirão Preto – SP Av. Vereador Manir Calil, 349, Alto da Boa Vista (Arquivo)	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
22	Rio Claro – SP R. Projetada, 289, Vila São Miguel	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
23	São João da Boa Vista–SP R. Luis Preveiro, 91, Jd. Santa Clara	Não	Sim	sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
24	São José do Rio Preto – SP R. José Munia, 5.500 – Chácara Municipal	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
25	São José dos Campos – SP R. Juiz David Barrilli, 85, Jd. Aquarius (Fórum)	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
26	Sorocaba – SP R. Ministro Coqueijo Costa, 61, Boa Vista	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
27	Votuporanga – SP R. Alagoas, 2915, Chácara Aviação	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
28	Fernandópolis - SP Rua Sebastião Batista, s/n Esquina com Espírito Santo, Jardim Santa Rita	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
29	Itapetininga - Rua Luiz Alberto Santos Bianchi s/nº Jardim Maraba	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não